



CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

CNPJ nº 03.682.014/0001-20

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, Bloco M,
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Neste ano a Empresa balizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado com o planejamento estratégico de sua controladora integral Companhia Energética de Brasília - CEB, que reafirmou o foco na gestão parcimoniosa das despesas e custos operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

2. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

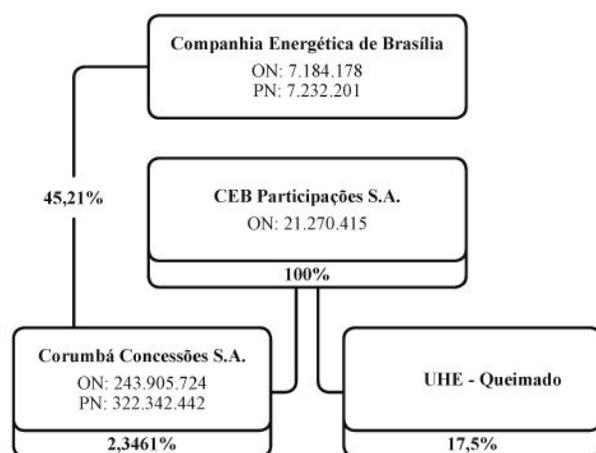
Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unai/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 2,35 % na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos no máximo por 2 (duas) reconduções consecutivas.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável.

No ano de 2018, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balancetes trimestrais e do balanço do final do exercício.

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função desempenhada por um de seus Diretores.

Para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, que possui dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes, à CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição.

4. NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.

O empreendimento está localizado na confluência do córrego Arrependido com o rio Preto, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios de Cabeceira Grande, onde está localizada a casa de força, e de Unai em Minas Gerais, Cristalina e Formosa, em Goiás, além do Distrito Federal.

A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente.

Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo IBAMA, para o período de 10 (dez) anos.

Destacamos as principais ações gerenciais na UHE Queimado que reduziram os custos operacionais da CEB Participações S.A. e influenciaram positivamente o resultado alcançado:

- ▶ Priorização de investimentos, eliminando desperdícios e melhorando a eficiência operacional;
- ▶ Atendimento das demandas regulatórias relacionadas à segurança de barragens, constantes da fiscalização realizada em 2016:
 - ☑ concreto projetado no talude do vertedouro;
 - ☑ iluminação refletiva na crista da barragem;
 - ☑ limpeza da faixa de acesso à cachoeira dos andorinhões;
 - ☑ realocação das pedras no promontório;
 - ☑ correção do estaqueamento na barragem, e;
 - ☑ coleta de dados brutos de PH na água;
- ▶ Instalação da válvula no vertedouro para garantir a vazão residual em caso de indisponibilidade das máquinas;
- ▶ Serviços de medições de vazões líquidas na saída da válvula do túnel de desvio;
- ▶ Início da obra de drenagem da barragem e melhorias na estrada de acesso;

Corumbá Concessões S.A.

A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal. Em 2012, a CEB Participações S.A. aumentou 0,22% seu percentual de participação no negócio, passando de 2,12% para 2,35%.

Outros Negócios

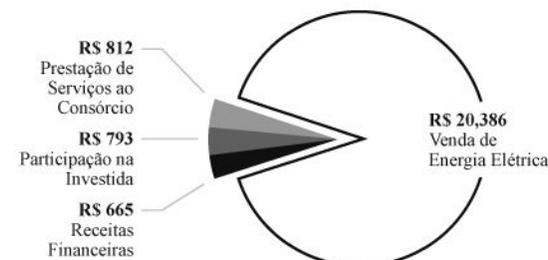
Além dos contratos de comercialização de energia elétrica, provenientes da UHE Queimado, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB; da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas de 95% a 97% do CDI, respectivamente.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita manteve a tendência de crescimento apresentada nos últimos anos. Foi marcada pela continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, e complementada pela prestação de serviços administrativos ao

Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras, conforme composição apresentada a seguir:

Composição da Receita



A receita operacional bruta, composta pela soma das receitas auferidas da venda de energia e da prestação de serviços, cresceu 16,79% em 2018. Os resultados dos últimos quatro anos que estão consignados no quadro a seguir:

Exercício	2015*	2016	2017	2018
Receita Operacional Bruta	15.463	17.239	18.151	21.198
Receita Operacional Líquida	14.246	16.057	16.970	19.743

(R\$ Mil) *Reapresentado.

A Companhia adotou o novo Plano de Contas estabelecido pela ANEEL, onde determina a classificação como Dedução da receita bruta as despesas de Taxa de fiscalização da ANEEL e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, que até então eram registradas como custo de energia elétrica e operação. Estes saldos necessitaram ser reclassificados em 2015 e 2016.

As receitas provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, resultaram em R\$ 812 mil.

Exercício	2015*	2016	2017	2018
Prestação de Serviços ao Consórcio	654	801	743	812

(R\$ Mil) *Reapresentado.

A participação acionária na investida Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, também foi positivo no valor de R\$ 793 mil.

Exercício	2015*	2016	2017	2018
Equivalência Patrimonial	(906)	112	168	792

(R\$ Mil) *Reapresentado.

A receita adicional das aplicações mantidas no Banco de Brasília - BRB e no Bradesco totalizaram R\$ 216 mil, a redução comparado com 2017, se deve pelo baixo volume de dinheiro mantido no caixa da empresa em consequência das distribuições de dividendos em abril e junho de 2018, R\$ 2.878 mil e R\$ 3.000 mil respectivamente, já o aumento no contrato de Mútuo no ano de 2018, é devido pela atualização monetária do segundo contrato de empréstimo com Corumbá Concessões. Houve também o reconhecimento da receita financeira -FIP, de todo ano de 2017 no exercício de 2018, por fim, o aumento em outras receitas financeiras se deve pela atualização monetária do montante dos valores a receber do mercado de curto prazo.

Sendo assim, a Receita Financeira em 2017, de R\$ 880 mil, apresentou redução de 24,43% em 2018.

Exercício	31 de dezembro			
	2015*	2016	2017	2018
Rendimento de Aplicações Financeiras	1.554	1.497	833	216
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	527	113	32	86
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	-	114	-	152
Atualizações sobre Crédito Tributário	7	6	14	30
Outras Receitas Financeiras	1	2	1	181
Receitas Financeiras	2.089	1.732	880	665

(R\$ Mil) *Reapresentado.

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP¹, estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano.

Assim, os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR² sofreram uma expressiva diminuição saindo de R\$ 2.370 mil em 2017, para R\$ 105 mil, essa redução se deve pelo crédito financeiro obtido durante o exercício que foi suficiente para garantir as exposições negativas verificadas em alguns meses do segundo semestre, permitindo assim que a CEB Participações finalizasse o exercício com recursos financeiros junto à CCEE.

Exercício	2015*	2016	2017	2018
Energia de Curto Prazo	(7.094)	(1.030)	(2.370)	(105)
CUSD **	(778)	(847)	(848)	(1.056)

(R\$ Mil) *Reapresentado.

**CUSD - Contrato do Uso do Sistema de Distribuição.

¹ MCP - Mercado de Curto Prazo.

² ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com relação ao custeio, as principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD³, taxas destinadas à ANEEL⁴, CCEE⁵, ONS⁶, gastos com liquidações no MCP⁷ de energia elétrica, despesas administrativas de pessoal, material, serviços, etc.

Exercício	31 de dezembro			
	2015*	2016	2017	2018
Receita Bruta de Venda e Serviços	15.463	17.239	18.151	21.198
Venda de Energia Elétrica	14.809	16.181	17.178	17.731
CCEE - Comercialização Energia de Curto Prazo	-	257	230	2.655
Prestação de Serviços	654	801	743	812
Deduções da Receita Operacional	(1.217)	(1.182)	(1.181)	(1.455)
PIS	(101)	(112)	(118)	(138)
COFINS	(465)	(517)	(545)	(636)
ISS	(33)	(40)	(37)	(41)
P&D	(147)	(163)	(164)	(190)
TFSEE*	(129)	(154)	(161)	(162)
CFURH**	(342)	(196)	(156)	(288)
Receita Operacional Líquida	14.246	16.057	16.970	19.743

*Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica;

**CFURH - Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos.

A Empresa celebrou contrato de mútuo com a Companhia Corumbá Concessões S.A. no valor de R\$ 384 mil, com vigência total de 42 meses - 18 meses de carência inicial e 24 parcelas - corrigidos pelo sistema de amortização constante (SAC), acrescidos de correção monetária pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário - CDI.

Seguindo as diretrizes do Grupo CEB, a CEB Participações S.A. promoveu a redução do seu capital social em R\$ 10.000 mil no exercício de 2017, considerado excessivo para a realização do objeto estatutário nos termos do art. 173 da Lei 6.404/1976, com a diminuição do número de ações ordinárias nominativas na mesma proporção, que passou a ser de R\$ 21.270 mil.

Houve ainda um evento importante relacionado à regulação. O MME⁸ publicou a Portaria nº 178, de 03 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão aumentou em 17,1% o montante da garantia física de energia atribuída à UHE Queimado, saindo de 58,0 para 67,9 MW Médio, com efeitos positivos que vigoraram no exercício de 2018.

De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2018 decorreu da comercialização dos contratos de energia elétrica, do controle rígido das despesas operacionais e da priorização de investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos tem-se a expectativa de estabilização do ciclo hidrológico que somada aos ajustes regulatórios demandados pelo setor contribuirão para redução do risco financeiro de geração, aumento dos volumes negociados e melhoria dos indicadores empresariais.

A receita proveniente da comercialização de energia elétrica gerada pela UHE Queimado em 2018 foi de R\$ 20.386 mil. Quando comparada ao valor apurado no ano anterior, de R\$ 17.408 mil, representa um aumento de 17,10%. Considerando os recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativos-financeiros prestados ao Consórcio Cemig-CEB, a receita operacional bruta aumentou 16,79%, totalizando R\$ 21.198 mil. No final do exercício, foi apurado um lucro de R\$ 14.621 mil.

Exercício	2015*	2016	2017	2018
Receita Operacional Bruta	15.463	17.239	18.151	21.198
Receita Operacional Líquida	14.246	16.057	16.970	19.743
Resultado Antes dos Tributos	3.966	11.306	9.185	15.539
EBITDA	2.896	10.415	9.777	15.704
Lucro Líquido (Prejuízo)	2.748	10.187	8.293	14.621
Patrimônio Líquido (R\$ Mil) *Reapresentado.	45.782	39.457	26.794	31.529

6. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS).

O Estatuto Social da Companhia é omissivo em relação ao percentual de remuneração do dividendo mínimo obrigatório, por esta razão foi aplicado o percentual de 50% sobre o lucro líquido do exercício, conforme preceitua a Lei no 6.404/76. Assim a destinação do lucro líquido para dividendos mínimos obrigatórios de R\$6.945 mil, e para dividendos adicionais propostos de R\$ 6.945 mil, conforme discriminado no quadro a seguir:

Apuração/Destinação de Dividendos	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	14.621
Constituição de Reserva Legal	731
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	13.890
Dividendo Mínimo Obrigatório - 50%	6.945
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos (R\$ Mil)	6.945

³ CUSD - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição celebrado com outras distribuidoras para uso das instalações do sistema de distribuição (CSD).

⁴ ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

⁵ CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

⁶ ONS - Operador Nacional do Sistema.

⁷ MCP - Mercado de Curto Prazo.

⁸ MME - Ministério de Minas e Energia.

Registra-se que no exercício 2018 a empresa realizou uma antecipação de dividendos em julho no valor de R\$3.000 mil, sendo este valor inferior aos 50%, restando ainda a ser distribuído R\$3.945 mil de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 6.945 mil de dividendos adicionais propostos. Este último por sua vez encontra-se em conta específica aguardando a Assembleia Geral Ordinária que se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

7. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

8. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal

Colaboradores	2015*	2016	2017	2018
Diretores sem vínculo efetivo	3	3	3	3
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	1	1	1	1
Emprego em Comissão*	3	3	3	3
Conselheiros sem vínculo efetivo	1	2	2	3
Total (Força de Trabalho)	8	9	9	10

*Reapresentado.

Emprego em comissão*- Funcionário afastado por Auxílio Doença desde de 2014.

9. CONTEXTO OPERACIONAL

O ano de 2018 foi marcado pelo déficit hídrico e baixa recuperação dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN. Além da escassez de água nos reservatórios das principais usinas hidrelétricas brasileiras, o setor continuou enfrentando conflitos regulatórios e variações de preços no ambiente de liquidação do MCP, que causaram consequências significativas para as empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Integrante do mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE - a CEB Participações S.A. adquiriu em alguns meses de 2018, energia no Mercado de Curto Prazo - MCP, de forma

a honrar seus contratos de comercialização. Contudo, os efeitos financeiros e econômicos do déficit anual das operações de energia foram mitigados pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015, pela ampliação do total da garantia física definida para a UHE Queimado, oriunda da Revisão Ordinária da Garantia Física, conforme Portaria MME nº 178, de 3 de maio de 2017 e também pela estratégia conservadora operada pela Empresa, resultando um saldo líquido positivo.

Ressalte-se que, em geral, esse mecanismo produz resultados favoráveis quando o problema é localizado. No entanto, quando ocorrem eventos das dimensões verificadas neste ano (dificuldades de geração em grande parte do território nacional), podem acontecer efeitos indesejáveis.

O cenário para 2019 ainda é de recessão hídrica e variações do preço da energia. Entretanto, o aumento da garantia física de energia concedida à UHE Queimado, aliada a estratégia conservadora de sazonalização da garantia física da usina, há expectativa de melhorias no desempenho junto ao mercado de energia, e consequentemente, dos resultados gerais da Empresa.

10. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de leilão, onde as compradoras são as distribuidoras de energia.

A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2033.

Na ocasião foram formalizados 32 (trinta e dois) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

A Energia comercializada esse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Energia Comercializada no ACR

Semestres	Montante (MW) 2015	Montante (MW) 2016	Montante (MW) 2017	Montante (MW) 2018	Preço Médio (R\$/MWh) - 2018
1º Semestre	9,233	9,245	8,996	9,182	223,90
2º Semestre	8,769	8,803	9,005	9,000	229,23

11. NOVOS PROJETOS

Em 2018, a Companhia Energética de Brasília - CEB iniciou a elaboração de estudos referentes aos seguintes projetos:

- ▶ "Geração de energia elétrica por meio de biomassa de resíduo de madeira urbana". Trata-se de estudo para definição de modelo para geração de energia elétrica utilizando resíduos de poda de árvores (passivo ambiental) no Distrito Federal. Tais resíduos são gerados pela Novacap e pela CEB Distribuição S/A;
- ▶ "Hibridização de fontes de geração de energia elétrica como alternativa tecnológica de remediação ambiental de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos - Estudo de caso: Aterro Controlado do Jockey Clube". Por meio de recursos de P&D regulatórios do Grupo CEB, o projeto, em parceria com a Universidade de Brasília e outras entidades, estuda uma solução para o passivo ambiental do Governo do Distrito Federal referente ao Aterro da Estrutural, com geração de energia elétrica; e,
- ▶ "Geração Distribuída de fonte fotovoltaica com plantas solares flutuantes". Trata-se de um pré-projeto de uma usina fotovoltaica flutuante de 5 MW instalada no Reservatório do Rio Descoberto - DF ocupando, inicialmente, uma área de 0,2% do espelho d'água." Os estudos já estão na fase de concepção de um "Protocolo de Intenções", que representa um instrumento preparatório formalizando o interesse em compromisso futuro das partes.

Até o presente momento não é possível estimar um valor para as receitas que possivelmente serão originadas nos projetos relacionados acima. Contudo, vislumbra-se a possibilidade futura de novas receitas com a consolidação desses ou de outros negócios a serem prospectados.

12. ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS

A Lei nº 5.577/DF, de 21 de dezembro de 2015, autorizou a CEB Participações S.A. a alienar suas participações acionárias, observadas as regras previstas nos respectivos atos constitutivos e acordos de acionistas. A Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora da CEB Participações S.A., está realizando as ações necessárias para operação de alienação da quota-parte de 17,5% no Consórcio Cemig-CEB e de 2,35% em Corumbá Concessões S/A.

Em 10 de abril de 2018 o Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com amparo na Lei 6.404/1976, art. 142, inciso IV, e no Estatuto Social, art. 20, inciso X, convocaram os acionistas da Companhia para a 9ª Assembleia Geral Extraordinária, que se realizou em 10 de maio de 2018, às 15 horas, na sede da Empresa, onde deliberarão sobre a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília - CEB e da CEB Participações S/A, de forma a contemplar a aprovação da venda da totalidade das ações de emissão da Corumbá Concessões S.A em leilão a ser promovido na Brasil, Bolsa, Balcão S.A. - B3.

12.1. CASO OCORRA A ALIENAÇÃO DOS ATIVOS

Visando compatibilizar a previsão de eventual e momentânea redução dos resultados da Empresa, propõe-se uma forte redução dos custos operacionais, com foco nas despesas com pessoal, serviços de terceiros e fornecedores em geral.

Os contratos com fornecedores serão redimensionados ou extintos, conforme o caso, e as atividades administrativas remanescentes poderão ser absorvidas pela Companhia, temporariamente, até a normalização operacional da CEB Participações S/A. Projeta-se que as ações acima proporcionaram um resultado positivo nos períodos de 2020 a 2023, prazo suficiente para a reestruturação das atividades operacionais da Empresa, incluindo-se margem para eventuais despesas com estudos e prospecção de novos negócios.

Finalmente, caso os estudos em andamento ou a efetivação de novos negócios não venham a surtir resultados satisfatórios, que possam ser alinhados ao planejamento estratégico da Companhia Energética de Brasília - CEB, a Administração da Companhia poderá decidir pelo encerramento definitivo das operações empresariais.

13. AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensados pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília - CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho deste exercício.

Brasília, 21 de março de 2019.

A Administração

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.976	1.259	Contas a pagar	10	172	771
Concessionários e permissionários	4	4.460	1.942	Salários e encargos sociais		88	69
Impostos a recuperar		101	160	Impostos e contribuições sociais	11	344	224
Repactuação do risco Hidrológico	5	76	63	Dividendo mínimo obrigatório	13.2	3.945	-
Empréstimos com parte relacionada	6	170	-	Outras obrigações	12	984	784
Outros créditos		171	77			5.533	1.848
		11.954	3.501				
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados		103	103	Outros passivos não circulantes		9	-
Empréstimos com parte relacionada	6	536	620	Provisão contingencial	8 a)	1.528	1.349
Serviços em curso		93	24			1.537	1.349
Aplicações financeiras		371	219				
Repactuação do Risco Hidrológico	5	1.000	1.089				
		2.103	2.055				
Realizável a Longo Prazo				Patrimônio Líquido			
Investimentos	7 a)	4.558	3.870	Capital Social	13.1	21.270	21.270
Imobilizado	8	19.277	19.731	Reserva de lucros	13.2	10.322	5.524
Intangível	9	770	834			31.592	26.794
		26.708	26.490				
Total do Ativo		38.662	29.991	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		38.662	29.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros/Prejuízos Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.270	2.231	5.956			39.457
Operações com acionistas:						
Redução de capital Social	(10.000)	-	-	-	(10.000)	
Dividendos declarados 2016 e pagos	-	-	(5.956)	-	(5.956)	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	8.293	8.293	
Dividendos intercalares 2017	-	-	-	(5.000)	(5.000)	
Constituição da Reserva Legal	-	415	-	(415)	-	
Dividendos Adicionais Propostos 2017	-	-	2.878	(2.878)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21.270	2.646	2.878			26.794
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2017 e pagos	-	-	(2.878)	-	(2.878)	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	14.621	14.621	
Dividendos intercalares 2018	-	-	-	(3.000)	(3.000)	
Constituição da Reserva Legal	-	731	-	(731)	-	
Dividendos Declarados 2018	-	-	-	(3.945)	(3.945)	
Dividendos Adicionais Propostos 2018	-	-	6.945	(6.945)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.270	3.377	6.945			31.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	19.743	16.970
Custo com energia elétrica e operação	15	(3.568)	(6.453)
Lucro operacional bruto		16.175	10.517
Receitas / (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	16	(2.304)	(2.361)
Resultado de equivalência patrimonial	7	792	168
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		269	23
		(1.243)	(2.170)
Resultado antes do Resultado Financeiro		14.932	8.347
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	665	880
Despesas financeiras		(58)	(41)
		607	839
Resultado antes dos tributos		15.539	9.186
Imposto de Renda e Contribuição Social	18		
Imposto de Renda		(615)	(604)
Contribuição Social		(303)	(289)
		(918)	(893)
Lucro líquido do exercício		14.621	8.293
Lucro Básico e Diluído por Ação		0,6874	0,3417

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2018	2017
Receitas		
Venda de Energia Elétrica	20.386	17.408
Prestação de Serviços	812	743
Outras Receitas	271	22
	21.469	18.173
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Serviços de Terceiros	(2.059)	(2.252)
Material	(6)	(3)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(162)	(161)
Operações com Energia elétrica	(105)	(2.370)
Repactuação do risco hidrológico	(76)	(75)
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição	(1.056)	(848)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	(288)	(156)
Contribuição Compulsória - CCEE	(12)	(8)
Outras Despesas	(221)	(196)
	(3.985)	(6.069)
Valor Adicionado Bruto	17.484	12.104
Retenções		
Depreciação	(708)	(713)
Amortização	(64)	(717)
	(772)	(1.430)
Valor Adicionado Líquido Produzido	16.712	10.674
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	665	880
Equivalência Patrimonial	792	168
	1.457	1.048
Valor Adicionado Total a Distribuir	18.169	11.722
Pessoal e Encargos	1.757	1.764
Despesas Financeiras	58	41
Impostos, Taxas e Contribuições	1.733	1.624
Resultado do período	14.621	8.293
Valor Adicionado total Distribuído	18.169	11.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	17.570	17.183
Recebimento pela Prestação de Serviços	756	760
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	216	833
Recebimento de Juros e Encargos	399	-
Outros Recebimentos	68	4
	19.009	18.780
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(1.032)	(2.568)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2.514)	(1.997)
Salários, Remuneração e Encargos	(1.693)	(1.704)
Compensação de Recursos Hídricos	(231)	(138)
Pagamento de Tributos	(1.656)	(1.824)
Encargos Setoriais	(275)	(261)
Outros	(1)	(29)
	(7.402)	(8.521)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	11.607	10.259
Atividades de Investimentos		
Entrada/Saída:		
Concessão de Empréstimos	-	(378)
Recebimento de dividendos	16	11
Aquisição de Imobilizado	(28)	(20)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	(12)	(387)
Atividades de Financiamentos		
Entradas:		
Pagamento de dividendos	(5.878)	(10.955)
Redução de Capital	-	(10.000)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamentos	(5.878)	(20.955)
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.717	(11.083)
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	1.259	12.342
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	6.976	1.259
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.717	(11.083)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objetivo social: A CEB Participações S.A. ("CEBPar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000 e foi autorizada a funcionar através da Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997 e tem a sua sede social localizada na cidade de Brasília-DF. A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. com 2,3461% de seu capital (Nota 7.a) e no Consórcio CEMIG-CEB, responsável pela Usina Hidroelétrica de Queimado - UHE Queimado, com 17,5% do Consórcio. (Nota 1.3). **1.2. Concessão:** O contrato de concessão nº 06/97 foi

firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unai, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unai 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, restando 13 anos para o seu final, que é prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

aprovados pelo Poder Concedente. A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília - CEB	17,5%
Total	100,0%

1.3. Consórcio CEMIG - CEB: A CEMIG e a CEB constituíram em 1998 o consórcio CEMIG - CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB. A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG - CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações. A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo. O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos da consorciadas. De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2032, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG - CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado. A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2018 a UHE Queimado produziu 36,18 MW médios, ou seja, 53% da sua garantia física (20 MW médios gerados em 2017, equivalente a 34% da garantia física). A garantia física de UHE Queimado que era de 58 MW médios até 2017, passou a ser de 67,9 MW médios, a partir de 2018, conforme revisão ordinária da garantia física de energia das usinas hidrelétricas, aprovada pelo MME, através da Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, resultando em um aumento de 17,07%. Este fato foi preponderante para a melhoria do resultado da Companhia em 2018 em comparação ao ano anterior. Considerando os efeitos líquidos entre receitas e despesas com Mercado de Curto Prazo, a Companhia teve um resultado positivo no MCP de R\$2,6 milhões em 2018, contra um resultado negativo líquido de R\$2,1 milhões (compras de energia superior às vendas), representando uma variação absoluta de R\$4,7 milhões.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das informações contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o Caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa nº 24. A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas. A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 21 de março de 2019, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não possui outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, portanto o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. **2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos

para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **i) Redução do valor recuperável de ativos:** Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber): São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. **ii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **iv) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 8 e 9). **v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE:** A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem ou não diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3). **2.6. Ativos financeiros: i) Classificação:** Na adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que o novo normativo alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. **ii) Ativos financeiros: classificação, reconhecimento e mensuração e baixas:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (d) deterioração de ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEB Participações se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **(a) Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias (Nota Explicativa 4). **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria. A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas finan-

ceiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **(d) Deterioração de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. **2.7. Concessionárias e Permissionárias:** O valor incluído nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota Explicativa 4). **2.8. Investimentos: i) Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. **ii) Operações controladas em conjunto:** Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. **iii) Consórcio - UHE Queimado:** A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a correspondente participação detida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados "joint operations", de acordo com os requerimentos do IFRS 11. **2.9. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui: • o custo de materiais e mão de obra direta; • quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e • custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota explicativa 8. **2.10. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9). **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos. **2.12. Passivos financeiros:** A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10) e demais obrigações (Nota 12). **2.13. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.14. Impostos e contribuições sociais:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2018 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **2.15. Demais ativos e passivos**

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

vos: Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.16. Capital Social: Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.17. Reserva legal: Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 13.2.a).

2.18. Reconhecimento da receita: i) Receita de comercialização de energia: De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica. ii) **Receita em realização de prestação de serviços:** A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços.

2.19. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes -** introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **IFRS 16 - Arrendamentos -** introduz novas exigências para a contabilização dos contratos de arrendamento operacional (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-	10
Aplicações Financeiras	6.976	1.249
	6.976	1.259

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados com instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo, com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS (CONTAS A RECEBER)

	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia (a)	2.105	1.942
CCEE * (b)	2.355	-
	4.460	1.942

* CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

a) **Suprimento de Energia:** O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15 e 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O Contas a receber de Suprimento de energia é integralmente com Distribuidoras de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém contratos de venda de energia de longo período de duração. A Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2018, uma vez que os créditos serão integralmente recebidos. b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** O valor a receber junto à CCEE de R\$2.355 em 31

de dezembro de 2018, refere-se aos resultados positivos apurados pela Companhia no âmbito do Mercado de Curto Prazo - MCP que não foram liquidados financeiramente devido à inadimplência dos agentes de mercados. Caso não seja integralmente liquidado financeiramente, este valor ficará como crédito da Companhia para compensação com futuros déficits de geração de energia.

5. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015, regulamentada pela Resolução ANEEL nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que a Companhia possui proteção para déficits de geração de energia do MCP superiores a 9%, sendo que para déficits até este nível a Companhia tem a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados. O valor de R\$ 1.076 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$ 76 no Ativo circulante e R\$ 1.000 no Ativo não circulante (R\$ 1.152 - 31/12/2017, R\$ 63 no Ativo circulante e R\$ 1.089 no Ativo não circulante), é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que está sendo utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

6. EMPRÉSTIMOS COM PARTE RELACIONADA

Em 15 de agosto de 2016 a companhia realizou operação de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 196, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 2 de agosto de 2016, com prazo de 60 meses, com carência de pagamento de 36 meses, correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês. Em 2017 Companhia realizou uma nova operação de mútuo com a Corumbá S.A., no valor de R\$ 385, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 9 de novembro de 2017, este com prazo de 42 meses e carência de 18 meses, correção monetária dada pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário - CDI. Em função dos valores de atualização e do atual período de carência de ambos empréstimos, o saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 706 sendo R\$ 170 no Ativo circulante e R\$ 536 no Ativo não circulante (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2017). Esses contratos respeitam a exigência do órgão regulador (ANEEL) de que se deve atender à comutatividade financeira do montante mutuado.

7. INVESTIMENTOS

a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial

A CEBPar possui participação de 2,3461% na empresa Corumbá Concessões, S.A. ("Corumbá"), que foi fundada em 06 de setembro de 2000, com o objetivo de constituir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no município de Luziânia - GO, com prazo de duração de 35 anos, prorrogável de acordo com os termos do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL. O capital social da Corumbá é representado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 por 566.248.166 Ações Nominativas, sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", 126.666.666 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNB", totalizando um capital subscrito e integralizado de R\$171.516. A CEBPar possui 13.285.000 Ações Ordinárias. A Corumbá Concessões é considerada como coligada da CEBPar e o investimento é calculado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) pelo fato das duas Companhias serem controladas pela mesma Entidade, a Companhia Energética de Brasília, que possui 45,2% das ações da Corumbá Concessões S.A. e 100% das ações da CEBPar. Os principais números do Balanço Patrimonial e da Demonstração do resultado da investida são assim apresentados:

Balanço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	22.837	27.909
Não Circulante	620.210	645.357
Realizável a Longo prazo	64.744	72.815
Imobilizado	548.941	565.621
Intangível	6.525	6.921
	643.047	673.266

Passivo		
Circulante	95.016	373.468
Não Circulante	353.740	141.707
Patrimônio Líquido	194.291	158.091
	643.047	673.266

Demonstração do Resultado	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	165.750	184.304
(-) Custo com geração de energia e operação	(65.545)	(116.270)
Lucro bruto	100.205	68.034
(-) Despesas operacionais líquidas	(7.161)	(7.808)
Resultado operacional	93.044	60.226
Resultado financeiro líquido	(32.698)	(50.858)
Lucro antes de impostos sobre o lucro	60.346	9.368
IR e CS (correntes e diferidos)	(20.346)	(3.481)
Lucro Líquido do exercício	40.000	5.887

Em 31 de dezembro de 2017 as Debêntures a pagar da Corumbá foram classificadas integralmente no passivo circulante, motivada pela ultrapassagem dos índices ("covenant") estabelecidos na escritura de emissão com potencial vencimento antecipado não automático. Esses Índices são calculados em até 90 dias após a divulgação das demonstrações anuais, não se tratando assim de vencimento antecipado já em curso, pois não houve a comunicação formal ao agente fiduciário. Em fevereiro de 2018 a Investida obteve "waiver" dos debenturistas, possibilitando a reclassificação da dívida conforme o seu prazo original de vencimento. As demonstrações financeiras da Corumbá Concessões referente do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram uma Opinião sem ressalva datada em 21 de março de 2019. A movimentação deste investimento nos exercícios de 2017 e de 2018 está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.713
Equivalência Patrimonial	168
Dividendos a receber	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.870
Equivalência Patrimonial	792
Dividendos a Receber	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.558

b) Operação controlada em conjunto - Consórcio CEMIG - CEB

Conforme mencionado na Nota nº 1.3, a Entidade é parte do Consórcio CEMIG - CEB responsável pela exploração do potencial hidroelétrico UHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos do Ativo e Passivo do Consórcio são como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	861	969
Créditos com consorciadas	1.228	1.162
Outros	66	66
Imobilizado e Intangível	114.277	117.175
	116.432	119.372
Passivo + Patrimônio Líquido		
Fornecedores	1.902	1.941
Impostos e Contribuições sociais	87	110
Outras provisões	47	47
Concessão Onerosa	4.224	4.297
Provisão contingencial	8.780	7.709
Patrimônio líquido	101.392	105.268
	116.432	119.372

A parcela da CEBPar do Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocada em seu Balanço patrimonial equivalente nestas mesmas rubricas. As principais despesas do Consórcio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são assim apresentadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Operação e Manutenção	4.375	4.227
Meio Ambiente	1.555	1.191
Seguro de Risco Operacional	242	242
Administrativo	1.131	1.286
Outros	238	84
	7.541	7.030

8. IMOBILIZADO

Em atendimento ao CPC 27 que trata do Ativo imobilizado. A Companhia reconhece no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG - CEB, assim como os bens da Administração em Serviço que trata do imobilizado da CEB Participações. As movimentações das contas do ativo imobilizado para exercícios de 2017 e de 2018 ocorreram como segue:

Geração em Serviço:	Taxa anuais de depreciação em %	Movimentações 2017				Movimentações 2018					
		Saldo em 31/12/2016	Adições (a)	Transferências (b)	Depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Terrenos		949	1.349	610	-	2.908	179	-	-	-	3.087
Reservatório, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.413	-	-	-	11.413	51	-	7	-	11.471
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	4.952	-	-	-	4.952	-	-	-	-	4.952
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.822	14	-	-	8.836	27	-	-	-	8.863
Móveis e Utensílios	10%	32	-	-	-	32	-	-	-	-	32
		26.168	1.363	610	-	28.141	257	-	7	-	28.405
(-) Depreciação Acumulada:		(8.398)	-	-	(673)	(9.071)	-	-	-	(673)	(9.744)
		(8.398)	-	-	(673)	(9.071)	-	-	(7)	-	(9.744)
Geração em Curso:											
Reservatório, Barragens e Adutoras		-	7	-	-	7	-	-	(7)	-	-
		-	7	-	-	7	-	-	(7)	-	-
Transmissão em Serviço:											
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	-	-	-	942	-	-	-	-	942
		942	-	-	-	942	-	-	-	-	942
(-) Depreciação Acumulada:		(321)	-	-	(26)	(347)	-	-	-	(26)	(373)
		(321)	-	-	(26)	(347)	-	-	-	(26)	(373)
Administração em Serviço:											
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	103	2	-	-	105	(3)	-	-	-	102
Móveis e Utensílios	10%	53	-	-	-	53	(6)	-	-	-	47
		156	2	-	-	158	(9)	-	-	-	149
(-) Depreciação Acumulada:		(85)	-	-	(14)	(99)	-	6	-	(9)	(102)
		(85)	-	-	(14)	(99)	-	6	-	(9)	(102)
		18.462	1.372	610	(713)	19.731	257	(3)	-	(708)	19.277

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

a) **Adições:** Do saldo total de adições na rubrica Terrenos R\$1.349 em 2017 mais R\$179 em 2018 totalizado R\$1.528, referem-se ao reconhecimento do custo de terreno envolvido em ação judicial de desapropriação em que a CEBPar é ré onde se discute o valor da indenização de um terreno que já é parte do empreendimento UHE Queimado (Consócio CEMIG - CEB). Os assessores jurídicos da CEBPar entendem que a possibilidade de perda é provável para condenar as consorciadas ao pagamento de valor superior ao depositado anteriormente pelas consorciadas no curso normal da ação. O valor reconhecido no ativo em 2017 se refere à parcela que a CEBPar faz jus no Consócio CEMIG - CEB, considerando que tal terreno já está em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia e, como contrapartida, foi reconhecido um passivo de igual valor para fazer frente à obrigação da CEBPar. Considerando que este processo

9. INTANGÍVEL

Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do UHE Queimado. A composição do intangível em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Geração em Serviço:	Taxa anuais de	Saldo em	Movimentações 2017	Saldo em	Movimentações 2018	Saldo em
	depreciação em %	31/12/2016	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Intangíveis e Consócio	3,5%	1.550	10	-	-	1.560
(-) Amortização Acumulada:		(9)	-	(717)	-	(726)
		1.541	10	(717)	-	834

O valor de R\$1.560 refere-se à parcela proporcional do valor do direito relacionado ao Uso do Bem Público - UBP do empreendimento UHE Queimado, que é apresentado pelo custo histórico do encargo relatório, referente ao direito do Consócio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto. Até 31 de dezembro de 2016 o Consócio não realizava a amortização deste ativo intangível, sendo que, em nova análise, optou-se pela sua amortização. Consequentemente, houve uma amortização substancial em 2017, referente aos períodos de abril de 2004 a dezembro de 2016.

10. CONTAS A PAGAR

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimados até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:

	31/12/2018	31/12/2017
Energia comprada - CCEE a)	-	639
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão b)	103	67
Fornecedores de Serviços	69	65
	172	771

a) **Energia comprada - CCEE:** A provisão de R\$639 em 2017, refere-se à apuração da CCEE dos déficits de energia no Mercado de Curto Prazo de novembro e dezembro de 2017 que foram integralmente liquidados em 2018. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui valores a receber junto à CCEE, demonstrados na Nota explicativa 4. b) **Encargos de uso do sistema de transmissão:** Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL a pagar	213	111
PIS e COFINS	49	39
INSS	35	31
IRRF	25	22
Outros	22	21
	344	224

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2018	31/12/2017
Pesquisa e Desenvolvimento a)	532	402
Coligadas e controladas b)	312	298
CFURH*	89	32
Outras	51	52
Total	984	784

*CFURH - Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos

a) **Pesquisa e Desenvolvimento:** Os valores em aberto de P&D são compostos por pagamentos mensais ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico - FNDCT e Ministério de Minas e Energia - MME, que representa R\$ 17 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$16 - 31/12/2017), e de R\$ 515 mil (R\$ 386 mil - 31/12/2017) que deverão ser aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento pela Companhia, sendo que este passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a aprovação por parte da ANEEL do projeto executado. b) **Coligadas e controladas:** Valor a pagar pela Companhia ao Consócio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consócio em cada data-base.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$ 21.270, que está dividido em 21.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações são de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva Legal a)	3.377	2.646
Dividendos adicionais propostos b)	6.945	2.878
	10.322	5.524

Reserva legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. b) **Dividendos adicionais propostos:** Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08.

judicial foi iniciado em 2005, o valor da possível condenação englobou os juros e correção de todo período, o que, de certa forma, impactou na relevância das cifras apresentadas a valores atuais. Os demais valores referem-se à aquisição de imobilizados pelo Consócio CEMIG/CEB, lançado a respectiva cota parte na CEB Participações. b) **Transferência:** O valor de R\$610 mil em 2017 refere-se a depósito judicial realizado pela CEBPar para fazer frente à condenação em processo de desapropriação de terreno em uso do empreendimento UHE Queimado. Em 2017 o valor do depósito foi levantado pela parte contrária na ação judicial e a Companhia transferiu o seu valor do Realizável a longo prazo para o Custo no imobilizado. A CEBPar faz anualmente uma avaliação do valor do Imobilizado com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para impairment.

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal a)	(1.757)	(1.764)
Serviços de Terceiros	(512)	(531)
Outras despesas	(35)	(66)
	(2.304)	(2.361)

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** A redução do custo com compra de Energia Elétrica foi reflexo do aumento da garantia física da Companhia, conforme mencionado na Nota explicativa 1.3, resultando em uma redução da compra de energia no Mercado de Curto Prazo - MCP em 2018. b) **Despesas relacionadas com UHE Queimado:** O valor de R\$ 1.547 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.721 - 31 de dezembro de 2017) são referentes às despesas proporcionais do Consócio CEMIG - CEB, de responsabilidade da CEBPar.

16. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal a)	(1.757)	(1.764)
Serviços de Terceiros	(512)	(531)
Outras despesas	(35)	(66)
	(2.304)	(2.361)

a) **Pessoal:** O valor total de despesas com pessoal de R\$1.757 em 2018 (R\$1.764 em 2017) está dividido em Despesas com administradores, de R\$1.089 (1.137 em 2017), pessoal cedido e emprego em comissão de R\$668 (R\$627 em 2017), os desmembramentos estão descritos nas notas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração de Diretores	(684)	(767)
Encargos Sociais - Diretores	(194)	(211)
Benefício Sociais - Diretores	(67)	(55)
Remuneração de Conselheiros	(120)	(87)
Encargos Sociais - Conselheiros	(24)	(17)
	(1.089)	(1.137)

ii) **Despesas com pessoal cedido e Emprego em comissão:**

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal cedido	(287)	(251)
Emprego em comissão	(381)	(376)
	(668)	(627)

17. RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de Aplicações Financeiras a)	216	833
Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo b)	86	32
Reconhecimento de Receita Financeira - FIP c)	152	-
Atualizações Monetárias sobre Crédito Tributário	30	14
Outras Receitas Financeiras d)	181	1
	665	880

a) **Rendimento de Aplicações Financeiras:** A redução da receita de aplicações financeiras foi consequência da menor manutenção de numerários disponíveis para aplicação financeira pela Companhia, sendo que os lucros auferidos estão sendo distribuídos em períodos intercalares. b) **Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo:** O aumento no ano de 2018, é devido pela atualização monetária do segundo contrato de mútuo com corumbá concessões. c) **Reconhecimento de Receita Financeira:** A atualização do reconhecimento da receita financeira da variação de 2017 e 2018 do CDB do Banco Panamericano registrado na rubrica de Aplicações financeiras no Ativo não circulante. d) **Outras Receitas Financeiras:** O aumento desta receita se deve pela atualização monetária do montante dos valores a receber do mercado de curto prazo.

18. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia tributa o seu resultado com base no Lucro Presumido, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, apurado em cada período trimestral de tributação, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60.000 por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R\$ 918 e (R\$ 893 em 31/12/2017).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017
Venda de Energia Elétrica	17.731	17.178
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	2.655	230
Prestação de Serviços	812	743
Receita Operacional Bruta	21.198	18.151
PIS	(138)	(118)
COFINS	(636)	(545)
ISS	(41)	(37)
P&D	(190)	(164)
Taxa de Fiscalização ANEEL - UBP	(162)	(161)
Comp. Financeira Uso de Recursos Hídricos	(288)	(156)
Dedução da Receita Operacional	(1.455)	(1.181)
Receita Operacional Líquida	19.743	16.970

15. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E OPERAÇÕES

	31/12/2018	31/12/2017
Energia elétrica comprada para revenda a)	(105)	(2.370)
Custo pelo uso do sistema de transmissão	(1.056)	(848)
Despesas relacionadas com UHE Queimado b)	(1.547)	(1.721)
Depreciação	(708)	(713)
Amortização	(64)	(717)
Prêmio de seguro - Repactuação Risco Hidrológico	(76)	(76)
Contribuição Compulsória CCEE	(12)	(8)
	(3.568)	(6.453)

19. PARTES RELACIONADAS

Item	Parte Relacionada	Natureza	Ativo	
			31/12/2018	31/12/2017
Serviços Prestados (a)	Consócio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	69	63
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	4.558	3.870
Empréstimos (c)	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	706	620
Usina (d)	Consócio CEMIG/CEB	Imobilizado e Intangível	19.998	20.507
Total			25.331	25.060

Item	Parte Relacionada	Natureza	Passivo	
			31/12/2018	31/12/2017
Outros (e)	CEB Distribuição S.A	Pessoal à Disposição	24	24
Outros (f)	Consócio CEMIG CEB	Despesas a reembolsar	312	298
Total			336	322

Item	Parte Relacionada	Natureza	Demonstração do Resultado	
			31/12/2018	31/12/2017
Receita (g)	Consócio CEMIG CEB	Serviços Prestados	812	743
Receita (h)	Corumbá Concessões S.A.	Encargos de Mútuo	86	32
Despesa (i)	Consócio CEMIG CEB	Despesas - cota parte	(1.547)	(1.721)
Total			(649)	(946)

a) **Serviços prestados:** A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consócio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, que tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consócio. O preço global dos serviços prestados é de R\$4.910 para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R\$4.051), serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE. b) **Investimentos:** Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme demonstrado na (Nota 7.a). c) **Empréstimos:** Mútuo com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R\$ 706, conforme mencionado na (Nota 6); d) **Usina:** Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consócio CEMIG-CEB. Não foi considerada a parcela do imobilizado ligada à Administração da CEB Par que não é parte integralmente do Consócio CEMIG-CEB;

e) **Outros - CEB Distribuição:** Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A.; f) **Outros - Consócio CEMIG CEB:** Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consócio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%; g) **Receita - Consócio CEMIG CEB:** Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consócio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT. h) **Receita - Corumbá Concessões S.A.:** Refere-se à receita financeira auferida dos rendimentos dos empréstimos de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.; i) **Despesas - Consócio CEMIG CEB:** Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consócio CEMIG-CEB.

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

20. GESTÃO DE RISCOS

20.1. Risco de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **20.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e da venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida. **20.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissórios (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2018, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para as Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios. **20.4. Risco de crédito:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissórias e de Equivalentes de caixa. No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador. O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração local os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco baseadas nas agências avaliadoras de risco. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. **20.5. Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL:** A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo. **20.6. Risco em Participações acionárias:** Conforme mencionado na Nota nº 7.a, a CEBPar possui participação de 2,3461% na Corumbá Concessões S.A., empresa coligada através de controle comum de outra empresa do mesmo grupo econômico. Este ativo será recuperado somente se a empresa investida gerar lucros em montantes suficientes para compensar o capital investido. A CEBPar avalia anualmente se há indicio de irrecurabilidade deste ativo a fim de constituir possível provisão para impairment. Até o momento, baseados nas projeções elaboradas pela Administração da Corumbá Concessões, a CEBPar não verificou necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

21. PASSIVOS CONTINGENTES - CONTINGÊNCIA CÍVEL

a) **Resolução CNPE 03/2013:** O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNPE nº 03/2013, que em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, estende às empresas geradoras a responsabilidade pelo custeio do acionamento extraordinário - fora da ordem de mérito de custo - da geração de energia elétrica para garantir a confiabilidade do sistema, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 08/2007. A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionando a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoeletrica. A Ação judicial defende que a Resolução nº 03/2013, do CNPE, extrapolou os limites do poder regulamentar, violando o princípio da legalidade, pois o CNPE não tem poder de legislar sobre a matéria. A Justiça Federal de 1ª instância, na 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em Decisão publicada em 12 de maio de 2017, confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, deferida em 2013. Posteriormente com a publicação da Lei 13.360/2016, art. 10, estabeleceu que a partir de 2017, a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito será feita por meio de encargo específico a ser pago pelo consumidor. Além disso, a ANEEL por meio do Despacho 1.146/2017 determinou a CCEE que, a partir da contabilização de abril/2017, realiza-se o rateio do ESS, alocando ao consumidor o total desse custo. Os valores envolvidos até novembro de 2017, última apuração disponível, informam que a Companhia foi excluída do pagamento da ordem de R\$ 698 mil, sendo que esse montante engloba a CNPE/03 e o Despacho ANEEL 1.146/2017. b) **Repactuação do risco hidrológico:** A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a Repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, quanto para o Ambiente de Contratação Livre - ACL. Aprovados os dispositivos legais, a CEBPar e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistência das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração. Entretanto somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição a aqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar. Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento de "Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela", em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como "Possível" a perda dessa ação não requerendo, inclusive, a constituição de provisão em seu balanço patrimonial. Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática. c) **Processo Administrativo nº 48500004562/2009-64 - ANEEL:** O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 19ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R\$503, (atualizado R\$797), a qual é referenciada nos autos do processo administrativo número 48500004562/2009-64. A Usina Hidrelétrica de Queimado - UHE-Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi autuado em razão de uma "não-conformidade (N.9)" consistente na disponibilidade declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que existem valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no Relatório de Avaliação do Desempenho de Manutenção - RAD, sendo-lhe aplicada, após trâmite do processo administrativo decorrente do auto de infração, a multa mencionada. Em 24 de janeiro de 2017 o Juiz sentenciou que a penalidade aplicada à autora não deve prevalecer, julgando procedente o pedido para declarar a insubsistência da penalidade de multa aplicada ao Consórcio CEMIG-CEB, condenando a demandada ao ressarcimento das custas processuais antecipadas pela autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da demandante, em valor equivalente a 10% do valor

equivalente à multa, já depositado nos autos, a ser atualizado em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal (artigo 85, parágrafos 2º, 3º e 6º, do CPC/2015). Em 13 de julho de 2017, foi protocolada pela CEMIG a contrarrazões à apelação da ANEEL, aguardamos a remessa dos autos ao TRF1. d) **Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E:** O Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E, de 09/05/2018, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, onde a autuada deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 - 2ª Renovação por não encaminhar em tempo hábil ao IBAMA a solicitação de quebra de vazão no trecho de vazão reduzida da UHE Queimado. Em 05/06/2018 foi interposta defesa administrativa requerendo a nulidade do Auto de Infração e subsidiariamente a conversão da pena em compromisso, com desconto de 40% sob o valor da multa que atualmente encontra-se em análise pelo IBAMA. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como "Provável", assim foi constituída a perda dessa ação com a provisão de perdas em seu balanço patrimonial.

22. PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A CEBPar e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado a complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O plano adotado é submetido à avaliação anual de Atuário Independente e é denominado "Plano de Contribuição Definida". O custeio é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa. As despesas totais com o plano para o exercício de 2018 foram de R\$ 67 (R\$ 55 em 31/12/2017).

23. SEGUROS (NÃO AUDITADA)

A Companhia tem apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.

24. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO DO PERÍODO COM A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido do exercício	14.621	8.293
Ajustes ao Resultado do Exercício		
Depreciação/Amortização	773	1.430
Equivalência patrimonial	(792)	(168)
Repactuação do risco hidrológico	76	76
CDB Banco Panamericano	(152)	-
Outros	97	(87)
Lucro do exercício ajustado	14.623	9.544
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução do Contas a Receber	(2.518)	(25)
(Aumento) Redução Outros ativos circulantes	(248)	79
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas	(599)	487
Aumento (Redução) Salários e encargos sociais	19	2
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais	120	(153)
Aumento (Redução) outras obrigações	210	325
	(3.016)	715

Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
	11.607	10.259

25. OUTROS ASSUNTOS RELEVANTES

a) Alienação acionária da CEB Participações: O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações S.A. alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEMIG-CEB. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de geração de energia elétrica. b) Termo de Cooperação Técnica de Pesquisa & Desenvolvimento: No dia 05 de julho de 2018 foi publicado no DODF um termo de cooperação Técnica de P&D, esse termo de cooperação tem a participação da CEB Distribuição S/A, CEB Participações S/A e Universidade de Brasília - FUB, com a intervenção administrativa da Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológicos - FINATEC, processo SEI 310-00007141/2018-14, regido pela lei nº 9.991/2000 e lei nº 8.666/93, a data da assinatura foi 02 de julho de 2018, a vigência será de 24 meses, o valor Global R\$ 2.523, sendo que a parte de CEB Participações será de R\$ 500.

DIRETORIA

EDISON ANTONIO COSTA B. GARCIA
Diretor - Geral

HAMILTON CARLOS NAVES
Diretor Técnico

JOÃO WELLISCH
Diretor Administrativo-Financeiro

CONTADOR

RODRIGO DE CARVALHO REIS
CRC- 017498

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

Opinião: Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Participações S.A. ("Companhia" ou "CEBPar"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião. **Ênfases:** Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos: **1)** A Nota explicativa nº. 7 demonstra o investimento da CEBPar na Corumbá Concessões S.A. com participação de 2,3461%, representando R\$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$3,9 milhões em 31/12/2017). Esta investida apresenta nessa data capital circulante líquido negativo de R\$ 72 milhões (R\$346 milhões em 31/12/2017), passivo relevante com Debêntures no montante de R\$288 milhões (R\$360 milhões em 31/12/2017), além de possuir índice de liquidez geral de 0,20 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A geração de resultado do investimento da CEBPar na Corumbá Concessões está condicionada à obtenção pela investida de resultados futuros em montante suficiente para a

continuidade de suas operações, bem como ao sucesso na implementação do seu plano de negócios com redução dos custos de operação e amortização das Debêntures para redução gradual do custo financeiro. Essa investida mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, basicamente envolvendo venda de energia para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. **2)** Adicionalmente, a Corumbá Concessões S.A. tem litígio arbitral iniciado em julho de 2017 com o acionista Serveng que solicitou da investida a incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") que a mesma acionista realizou no período de 2006 a 2008, no montante histórico de R\$38 milhões. Essa investida, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perda dessa demanda é possível e definiu pelo não provisionamento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 do valor de R\$165 milhões referentes a juros e correção monetária. **3)** Conforme mencionado na Nota explicativa nº 25 a), o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações a vender sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEMIG-CEB. Neste momento, não é possível determinar os efeitos futuros desses assuntos sobre a continuidade operacional da Companhia, de vez que esta possui basicamente estes ativos. **Outros assuntos: 1)** A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

tos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos no tópico “Ênfases” supra também são aplicáveis à essa Demonstração. 2) As Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 28 de fevereiro de 2018 sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos 1) e 3) descritos no tópico “Ênfases” supra. **Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores:** A Administração da CEBPar é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de março de 2019

NEXIA TEIXEIRA Auditores

CRC MG 5.194

Domingos Xavier Teixeira - Sócio e Diretor Executivo

Contador - CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2018, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas em 21.03.2019. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças

estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Participações S.A. O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data. Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2018, nos termos propostos pela Resolução de Diretoria nº 007, de 12.03.2019.

Brasília, 27 de março de 2019.

Dalmo Alexandre Costa

Sergio Assenço T. dos Santos

Rafael Guaragna Souza